

CONTRATO Nº063/2019

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS; REF:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2019; PROCESSO Nº 45/2019**

Que fazem, o MUNICÍPIO DE IRAÍ, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Vazulmiro Dutra, 161, inscrita no CNPJ/ sob n.º 876.129.41/0001-64, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ANTONIO VILSON BERNARDI, brasileiro, doravante denominado MUNICÍPIO CONTRATANTE e **GUACHO BOMBAS INJETORAS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Frederico Westphalen, na Est. BR 386, km 35, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.207.649/0001-39, representado por RUAN GABRIEL BAKALARCZYK WOLF, cpf: 028.484.640-62, doravante denominada CONTRATADA, as partes acima qualificadas celebram, entre si, por este instrumento de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de serviços e peças para conserto da bomba injetora do TRATOR NEW HOLLAND TL 65E.

Item 01 – 1 UNIDADE – ALAVANCA REGULADORA DA BOMBA

VALOR: R\$ 450,00

ITEM 02- 01 UNIDADE – ARRASTADOR

VALOR: R\$ 780,00

ITEM 03- 30 UNIDADE- ARRUELA DE VEDAÇÃO ALUMINIO/506.10

VALOR: R\$1,00 VALOR TOTAL: R\$ 30,00

ITEM 04- 04 UNIDADE – BICO INJETOR

VALOR: R\$145,00 VALOR TOTAL: R\$ 580,00

ITEM 05- 01 UNIDADE – BOMBA ALIMENTADORA

VALOR: R\$450,00

ITEM 06- 01 UNIDADE- CONJUNTO DE PALHETAS INTERNA

VALOR: R\$220,00

ITEM 07-01 UNIDADE- BUJÃO ROSCADO DA BOMBA

VALOR: R\$135,00

ITEM 08- 04 UNIDADE – CALÇO DE REGULAGEM PARA BICO INJETOR

VALOR: R\$ 4,00 VALOR TOTAL: R\$ 16,00

ITEM 09- 01 UNIDADE – CAME DE COMANDO

VALOR: R\$ 910,00

ITEM 10- 01 UNIDADE – JUNTA DA BOMBA

VALOR: R\$ 10,00

ITEM 11- 04 UNIDADE – PINO PARA BOMBA DO MANCAL

VALOR: R\$ 35,00 VALOR TOTAL: R\$ 140,00

ITEM 12- 04 UNIDADE – CONJUNTO DE ANEIS DO BICO INJETOR

VALOR: R\$ 60,00 VALOR TOTAL: R\$ 240,00

ITEM 13- 01 UNIDADE – REPARO DA BOMBA INJETORA

VALOR: R\$ 100,00

ITEM 14- 01 UNIDADE – RETENTOR DA BOMBA

VALOR: R\$ 15,00

ITEM 15- 04 UNIDADE- ROLETE INTERNO DA BOMBA

VALOR: R\$ 40,00 VALOR: R\$ 160,00

ITEM 16- 01 UNIDADE -SOLENOIDE/ VALVULA ELETROMAGNÉTICA

VALOR: R\$ 165,00

ITEM 17- 01 UNIDADE- VALVULA DE RETORNO

VALOR : R\$ 200,00

MAO DE OBRA PARA REPARAR E REGULAR A BOMBA.

VALOR TOTAL: R\$ 1.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA- A contratada atenderá ao presente termo contratual, obrigando- se a efetuar a entrega atendendo às normas técnicas e legais vigentes, de modo a resguardar, sob todos os aspectos, segurança e o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA: O contratante exercerá a fiscalização, avaliação dos serviços, através da Secretaria Municipal de Agricultura.

CLAUSULA QUARTA: O preço global a ser pago pelo CONTRATANTE pelo fornecimento do objeto do presente instrumento, será de R\$ 5.601,00 (cinco mil seiscentos e um reais) sendo R\$ 4.601,00 (quatro mil seiscentos e um reais) de material e R\$ 1.000,00 (um mil reais) que incida sobre o mesmo qualquer reajuste a ser pago e será pago somente após a vistoria, aprovação executada pelos servidores responsáveis, certificando o fiel cumprimento deste contrato. O pagamento será efetuado conforme recursos próprios do município, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente assinada pelo responsável do recebimento da mesma.

Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelos serviços/materiais ou implicará em sua aceitação.

Correrá por conta da dotação: 2018. Manutenção de veículos e maquinas 339039. Outros serviços de terceiros PJ 339030. Material de Consumo

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penas de natureza civil (cláusula penal), compensatórias das perdas e danos sofridas pela Administração, conforme art. 408 e ss, do Código Civil, e Administrativa, nos moldes do art. 87, da Lei nº 8.666/93:

a) São aplicáveis ao presente contrato, inclusive, as Sanções Administrativa estabelecidas nos artigos 86 a 88 e sanções penais estabelecidas nos artigos 89 a 99 da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

b) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03(três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

A penalidade de multa será aplicada ainda nas seguintes hipóteses e percentuais:

I) Por atraso na entrega do material: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da quantidade entregue fora do prazo, até o limite de 15 (quinze) dias corridos. Do 16º dia em diante poderá ser considerada inexecução do contrato;

II) O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

A critério da Administração Municipal e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo;

O presente Contrato é regido em todos os seus termos pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a qual terá sua aplicabilidade, também nos casos omissos.

CLÁUSULA SEXTA -DAS RESPONSABILIDADES

O MUNICÍPIO CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista ou previdenciária, bem como outras decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente a Contratada.

A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de fiscalização, verificação e controle a serem adotados pelo Município CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos artigos 78, inciso I a XII, da Lei 8.666/93, sem que caiba o Contratado o direito de qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

Parágrafo Único: o presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização a CONTRATADA, nos casos de:

- a) Falência ou liquidação da CONTRATADA;
- b) Incorporação, fusão ou cisão da CONTRATADA que venha a prejudicar a execução do contrato;
- c) Transferência a outrem, no todo ou em parte as obrigações decorrentes do contrato sem a autorização do Município;
- d) Manifesta irresponsabilidade por parte da CONTRATADA de cumprir com as obrigações assumidas;
- e) Procedimentos irregulares da CONTRATADA, que venha causar transtornos ou prejuízos para o Município e/ou terceiros;

A rescisão do contrato unilateralmente pelo Município acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:

I) Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio do Município, mediante a lavratura de termo circunstanciado;

II) Responsabilização da CONTRATADA por prejuízos causados ao Município;

CLAUSULA OITAVA: Da validade: Este contrato é validade por trinta dias.

Parágrafo Único: Resta estabelecido o Foro da Comarca de Iraí – RS o componente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias advindas desta relação. Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente contrato nos expressos nos termos em que foi lavrado, assinam-no na presença de duas testemunhas, em 03 vias de igual teor e forma.

Iraí (RS), 10 de maio de 2019.

MUNICIPIO DE IRAI - RS
ANTONIO VILSON BERNARDI
Prefeito Municipal
Contratante

GUACHO BOMBAS INJETORAS LTDA
RUAN GABRIEL BAKALARCZYK WOLF
Contratado

CLÓVIS JOSÉ MAGNABOSCO FILHO
Assessor Jurídico Municipal - OAB-35297
Testemunhas:

1. _____ cpf: _____
2. _____ cpf: _____